

PROCESSO Nº: 2020029554

Interessado: Fundo Municipal de Saúde

Assunto: Compra emergencial de material hospitalar

JUSTIFICATIVA PARA COMPRA EMERGENCIAL DE MATERIAL HOSPITALAR

A Secretaria Municipal de Saúde vem **justificar a necessidade de celebrar contrato emergencial visando a aquisição de medicamentos (midazolam cloridrato 5mg, midazolam 5 mg, propofol 10 mg/ml 20ml), visando o enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus-covid 19, conforme lista apresentada pelo Setor responsável.**

Deveras, **em face da emergência em saúde pública de caráter internacional**, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da **infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)**, o Município necessita tomar medidas preventivas urgentes de enfrentamento da pandemia, dentre as quais se destaca a **aquisição de medicamentos específicos para tratamento de pacientes infectados**, conforme justificativa analítica em **anexo**, tendo em vista que ocorreu o **esgotamento de saldo** desse item de Ata de Registro de Preços (**ARP nº 022/2019**).

Há, pois, imperiosa necessidade de aquisição desses produtos essenciais para atender à crescente demanda da população, por um período de cerca de **30 dias**. Tal aquisição se dá pela necessidade de atender a demanda até que seja normalizada a situação, **posto que não se dispõe de tais itens no estoque do município e nem há contrato de fornecimento em vigor (2020024448)**.

Lembramos que a **situação de emergência em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)** foi reconhecida pelo Ministério da Saúde (Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020), pelo Governo do Estado de Goiás (Decretos nº 9.633 e 9.634, ambos de 13 de março de 2020) e pelo Município de Mineiros (Decreto nº 188, de 16 de março de 2020), dentre outros órgãos.

O critério de seleção do fornecedor dos produtos ora almejados será feito por consulta no mercado, dando-se primazia à proposta que apresentar o menor preço, observando-se as especificações da lista apresentada.

Toda contratação no âmbito da Administração Pública deve ser submetida a prévio procedimento licitatório, nos termos do que dispõe o Art. 37, XXI da CF. Contudo, o legislador, atento às possíveis necessidades de contratações para atender a situações excepcionais e transitórias, previu exceções.

O Regulamento Licitatório, por sua vez, estabelece em seu art. 24, inciso IV, *ipsis litteris*: "**Art. 24. É dispensável a licitação: (...)IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias**

consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;" (original sem o sublinhado).

Como toda exceção, a contratação por dispensa de licitação deve ser usada de modo equilibrado, restringindo-se apenas àquelas situações em que fica caracterizada urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, ou seja, indispensável à regular continuidade da prestação dos essenciais serviços públicos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, não sendo permitida a prorrogação dos contratos respectivos.

E o caso sob análise se enquadra na exceção mencionada, uma vez que a ausência dos medicamentos/materiais pode ocasionar prejuízo e comprometer a saúde de diversos cidadãos carentes dos serviços dependentes dos fármacos/materiais em tela, cuja competência é do município. Como a realização do processo licitatório demanda um tempo razoável, não é vislumbrada diferente alternativa para sanar a questão, até o encerramento do mesmo.

Assim, considerando o dever público insculpido nos artigos 6º, 196 e 198, inciso I, da Constituição Federal de assegurar aos municípios assistência integral à saúde, bem como o princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos e o caráter continuado da prestação destes serviços de saúde ser de extrema relevância e necessidade, **apresentamos a presente justificativa para apreciação e celebração do contrato/decreto emergencial em epígrafe**, nos termos propostos, conforme permitido pela Lei nº 8666/93.

Mineiros-GO, 20 de agosto de 2020.

DÉBORA CRISTINA DE SOUSA

Coordenadora de Compras de Produtos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares